

## Congresso debate reflexos das manifestações populares na atuação do Ministério Público

O XI Congresso Estadual do Ministério Público aconteceu em

Ouro Preto, entre 3 e 5 de setembro, com o tema "A Voz das Ruas e a Atuação do Ministério Público: Perspectivas e Desafios". Foram realizados amplos debates sobre o papel e as responsabilidades do Ministério Público em relação à pauta que emergiu a partir das manifestações populares de julho do ano passado. Trinta e três teses foram apresentadas e aprovadas. Foram promovidos palestras, painéis, oficinas temáticas, homenagens, além de reunião da Associação Nacional dos Membros

do Ministério Público (Conamp). Na plenária final, decidiu-se que Belo Horizonte sediará o próximo encontro, em 2016.



PAULO MÁRCO

▲ Nedens Ulisses presidiu a cerimônia de abertura do XI Congresso Estadual do Ministério Público

PÁGINAS 3 A 9

### Carlos André e Rômulo Ferraz concorrem ao cargo de PGJ

Os procuradores de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt e Rômulo Carvalho Ferraz são os candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça biênio 2014/2016. A eleição será realizada nos dias 4 e 5 de novembro.

PÁGINA 2

AMMP-Saúde anuncia novos convênios e credenciamentos

PÁGINA 12

### Torneio de Tênis tem dois campeões



FELIPE JAVARE

Antônio de Pádova e Francisco Alves foram os campeões do 10º Torneio de Tênis da AMMP.

PÁGINA 16

# Eleição à PGJ será nos dias 4 e 5 de novembro

Dois candidatos – Carlos André Mariani Bittencourt, que concorre à reeleição, e Rômulo de Carvalho Ferraz disputam o cargo de Procurador-Geral de Justiça (biênio 2014/2016), cuja eleição será nos dias 4 e 5 de novembro.



Paulo Márcio

## CARLOS ANDRÉ

Ingressou no Ministério em outubro de 1990, iniciando seu trabalho na Comarca de Ibiraci. Atuou nas comarcas de Diamantina, Barbacena e Belo Horizonte. Exerceu várias funções junto à Procuradoria Regio-

nal Eleitoral. Integrou a Câmara dos Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público. Foi chefe de Gabinete e Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo. É o atual PGJ.

## RÔMULO FERRAZ

Foi promotor de Justiça nas comarcas de Mesquita, Congonhas, Contagem e Belo Horizonte.

É procurador de Justiça desde 2001. Integrou o Conselho Superior e a Câmara dos Procuradores de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais e foi secretário

do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.

No biênio 2010/2011, ocupou a Presidência da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). Foi secretário de Estado de Defesa Social do Governo de Minas Gerais de março de 2012 a julho de 2014.



Arquivo/AMMP

## Diretoria da AMMP visita o governador

A Diretoria da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) foi recebida pelo governador do Estado Alberto Pinto Coelho, no Palácio Tiradentes (Cidade Administrativa), no último

dia 17 de setembro.

A visita, além de reafirmar as relações de respeito e harmonia institucional entre o Poder Executivo e o Ministério Público, teve por objetivo a entrega de uma placa em home-

nagem ao governador, que foi presidente de honra do XI Congresso Estadual do Ministério Público, realizado recentemente em Ouro Preto.

Participaram do encontro o presidente da AMMP, Nedens Ulisses, os vice-presidentes Shirley Fenzi Bertão, João Medeiros e Edson Baeta, o diretor administrativo Carlos Henrique Torres, o presidente do Conselho Deliberativo, Antônio José Leal, e o presidente da FESMP, Antônio Sérgio Tonet. Também estiveram presentes o ex-presidente da AMMP e ex-secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz; o advogado-geral do Estado, Roney Torres Alves; o secretário de Meio Ambiente, Alceu Torres Marques; e a secretária de Casa Civil e Relações Institucionais, Maria Coeli Simões.



OMAR FRIEZE/IMPrensa MG



Rua Timbiras, 2.928  
Barro Preto  
30140-062  
Belo Horizonte/MG  
ammpp@ammpp.org.br  
www.ammpp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente:  
Nedens Ulisses  
Freire Vieira

1º vice-presidente:  
Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente:  
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente:  
Edson Ribeiro Baêta

4º vice-presidente:  
Gustavo Mansur  
Balsamão

1º diretor administrativo:  
Carlos Henrique  
Torres de Souza

2º diretor administrativo:  
Gilberto Osório Resende

1º diretor financeiro:  
Selma Maria Ribeiro  
Araújo

2º diretor financeiro:  
Luiz Felipe de  
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável  
Ofélia L. P. Bhering  
(MG 2.289 JP)

Repórteres

Bárbara Peixoto  
(MG 0018414)

Felipe Jávere  
(MTB 12046/MG)

Diagramação  
Edições Geraes Ltda.

Tiragem  
1.000 exemplares

# Associação promove congresso e reafirma compromissos institucionais

Foi realizado de 3 a 5 de setembro, em Ouro Preto, o XI Congresso Estadual do Ministério Público, com o tema “A Voz das Ruas e a Atuação do Ministério Público: Perspectivas e Desafios”. Durante o encontro, foram discutidos os rumos a serem tomados pela Instituição em suas diversas áreas de atuação, sob a inspiração das manifestações populares que tomaram as ruas do país no ano passado.

A abertura, realizada na noite de 3 de setembro, teve a presença, dentre outros, do presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Nedens Ulisses; do procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani; da presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti; do advogado-geral do Estado, Roney Luiz, representando o governador Alberto Pinto Coelho; do corregedor-geral do MP, Luiz Antônio Sasdelli; do corregedor nacional do MP, Alessandro Tramuja Assad; da ouvidora-geral do MP, Ruth Lies; do deputado federal Nilmário Miranda, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara; do presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, Eduardo Luiz Veiga, do Rio Grande do Sul; do secretário de Governo, Márcio Eli; da defensora pública geral Cristiane Procópio; representantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); ex-presidentes da AMMP, presidentes das associações estaduais, procuradores e promotores de Justiça.

FOTOS PAULO MÁRCIO



▲ A abertura solene foi na noite de 3 de setembro

◀ O coquetel de abertura foi realizado no Centro de Convenções da UFOP



▲ Quinteto de Cordas da Orquestra de Ouro Preto

## Quinteto de Cordas

A solenidade de abertura teve a participação do Quinteto de Cordas da Orquestra de Ouro Preto, composto por Mara Toffolo e Marina Toffono, violino; Camilla Santos e Kamila Druzd, viola; e Nilson Bellotto, contra-baixo, e a participação especial de Rufo Herrera, bandoneón.

## Atividades

As 33 teses apresentadas, versando sobre temas institucionais, matéria criminal e interesses difusos, foram aprovadas na plenária final. Além da discussão de teses e da apresentação de palestras, foram realizadas, pela primeira vez, oficinas práticas sobre Direito Eleitoral e Investigação e Combate ao Crime Organizado.

# Teses versam sobre temas institucionais, matéria criminal e interesses difusos

FOTOS PAULO MÁRCIO



- “As manifestações populares no Brasil: contornos e limites ao exercício do direito de reunião e atuação do Ministério Público”.

◀ **Júlio César Teixeira Crivellari**



- “A voz das ruas e os contornos da corrupção praticada por agentes políticos no Brasil”; “A prática da improbidade administrativa e as expectativas de controle decorrentes”; “A voz das ruas e o norte da atuação do Ministério Público e partir da compreensão idealizada do Estado Democrático de Direito”.

◀ **Fabiano Ferreira Furlan**

- “Inteligência institucional estratégica no MP do Consumidor”; “O princípio da juridicidade administrativa na proteção administrativa do consumidor - um novo paradigma”; “A aplicação da teoria da carga probatória dinâmica ao processo coletivo”.

▶ **Marcos Tofani Baer Bahia**



- “A inaplicabilidade do princípio da consunção em relação ao homicídio cometido com arma de fogo”.

▶ **Guilherme de Sá Meneghin**



- “A voz das ruas na defesa do direito à educação pública, obrigatória, integral e o MP na agenda positiva governamental”.

◀ **Cláudia de Oliveira Ignez**



- “A compensação da reserva legal e o Novo Código Florestal; “A inconstitucionalidade da anistia florestal e o Novo Código Florestal”; “O cadastro ambiental rural (CAR) e o Novo Código Florestal”; “O programa de regularização ambiental e o interesse de agir na ação civil pública para instituição da reserva legal”.

◀ **Jacson Campomizzi / Procuradores PJDDC**

- “Insurgência contra o poder constituído e a lacuna penal”.

▶ **Calixto Oliveira Souza**



- “Impossibilidade de aplicação do princípio da consunção quando o delito fim for menos grave - a briga da sociedade contra a impunidade”.

▶ **Bruno Cesar Medeiros Giardini**

- “Da possibilidade de requisição ministerial de dados cadastrais e bancários”.

**Bruno Cesar Medeiros Giardini e Márcio Kakumoto**





FOTOS PAULO MÁRCO



- “O processo judicial eletrônico, o Ministério Público e a voz das ruas — a ilusão e os perigos na era da informática”.

▶ **André Sperling Prado**



- “A alienação antecipada de bens na ação civil pública por ato de improbidade administrativa”.

▶ **Luís Gustavo Patuzzi Bortoncello**

- “Das convocações dos membros como compromisso da eficiência institucional”; Da temporariedade dos cargos de assessoramento”; “A mediação na atividade ministerial”.

▶ **Gisela Potério Santos Saldanha**



- “O enfraquecimento dos ciclos de pobreza e atuação preventiva do MP”.

▶ **Marcos Pereira Anjo Coutinho**



- “As medidas protetivas de urgência previstas pela Lei Maria da Penha e sua aplicação a outros segmentos de pessoas: idosos, crianças, enfermos e pessoas com deficiência”; “A Lei Maria da Penha deve ser aplicada sempre que haja violência doméstica ou familiar contra a mulher”.

▶ **Laís Maria Costa Silveira**



- “A interpretação dos tipos de falsidade: a compreensão material da tipicidade e a hermenêutica da especialidade”.

▶ **Rodrigo Iennaco de Moraes**

- “Infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente – cumprimento da sentença e a extinção do processo por falta de bens penhoráveis do devedor”; “Natureza jurídica da audiência informal prevista no ECA”.

▶ **Epaminondas da Costa**



- “Reformas de base – alinhamento entre promotorias e procuradorias”; “Reformas de base na atividade fim – as redes intra e interinstitucionais; Reformas de base na atividade fim - CAO subordinados à Promotoria e à voz das ruas”; “Reformas de base na atividade fim – democracia nos processos decisórios”; “Promoção pessoal - criação de vínculo entre a informação e o agente político”.

▶ **Antônio Joaquim Fernandes**



- “O recurso cabível contra cautelar deferida na origem para dar efeito suspensivo a recurso excepcional sobrestado”.

▶ **Antônio Sérgio de Paula e Nedens Ulisses Freire Vieira**

# Palestras, oficinas, painéis e reuniões compuseram o Congresso



FOTOS PAULO MARECO

Reunião da Conamp

Rômulo Ferraz e Ana Beatriz

Também foi realizado painel do CNMP, do qual participaram os conselheiros Alessandro Tramuja Assad, corregedor nacional do Ministério Público; Jefferson Luiz Pereira Coelho, Luiz Moreira Gomes Júnior e Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho. A presidente da mesa foi a procuradora de Justiça de Goiás Ivana Farina.

Foram debatidos importantes temas institucionais, tais como o equilíbrio entre os princípios da unidade e da independência funcional e o atual perfil dos integrantes da carreira.

Durante o Congresso, foi promovida reunião do conselho deliberativo da Conamp, cuja pauta contemplou, dentre outros itens, a discussão sobre o atual funcionamento de suas comissões temáticas. Na oportunidade, foram homenageados o procurador de Justiça Rômulo Ferraz, diretor da regional Sudeste no biênio 2010-2012, e Marcelo Lima, diretor da regional Norte no biênio 2012-2014.



A plenária final aprovou todas as teses apresentadas, recebeu moções e definiu o local do XII Congresso Estadual em 2016, que será realizado em Belo Horizonte.



Conselheiros Luiz Moreira, Alessandro Tramuja, Leonardo Cavalcanti e Jefferson Coelho. Ao centro, Ivana Farina



Plenária final foi presidida por Antônio Sérgio Tonet

## Palestras

No dia 4 de setembro, as palestras foram ministradas pelo promotor de Justiça Wallace Paiva Martins Júnior sobre “O Ministério Público Moderno e Contemporâneo”; pelo desembargador do TRF 3ª Região Fausto de Sanctis – “Bens Culturais e Lavagem de Dinheiro”; e pela psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, que falou sobre o tema “Mentes Perigosas”. No dia 5, o promotor de Justiça Marcos Paulo Miranda fez palestra sobre “O Aleijadinho Revelado: estudos históricos sobre Antônio Francisco Lisboa”; o promotor de Justiça Emerson Garcia falou sobre “A Democracia Participativa no Brasil e o Papel do Ministério Público”; e o procurador de Justiça Edilson Mougnot Bonfim falou sobre “A Voz das Ruas e a Atuação do Ministério Público Criminal”.



▲ Fausto de Sanctis e Marcos Paulo Miranda



▲ Emerson Garcia e Flávio Jordão



▲ Marcos Paulo e Shirley Fenzi



▲ Wallace Paiva e Rogério Filipetto



▲ Edilson Mougnot e Júlio Crivellari

## Oficinas temáticas

Paralelamente às atividades do congresso, foram realizadas oficinas temáticas e ministrada palestra para alunos do Ensino Médio de uma escola pública de Ouro Preto sobre o papel do MP na promoção da cidadania.

Fotos Paulo Marcelo



▲ Oficina sobre Combate ao Crime Organizado



▲ Edson de Resende coordenou oficina sobre Direito Eleitoral



▲ O promotor de Justiça Domingos Ventura, de Ouro Preto, fez palestra para alunos de escola pública sobre o papel do MP e cidadania

A festa de encerramento contou com a participação do grupo de música popular brasileira Zé da Guiomar, cuja apresentação encantou a todos os presentes, que se divertiram até o raiar do dia.



Fotos Paulo Marcelo





# XI CONGRESSO

Fotos: Paulo Marcio



# A Voz do Ministério Público aborda Ensino Religioso, direito à moradia e processo eletrônico



Ofélia Bhering

▲ Beny Cohen e o promotor Celso Penna

O promotor de Justiça André Sperling Prado, de Belo Horizonte, foi o entrevistado do dia 9 de setembro. Sperling falou sobre o processo judicial eletrônico, tema da tese que apresentou no XI Congresso Estadual do Ministério Público.



▶ Promotor de Justiça André Sperling Prado

O promotor de Justiça Celso Penna Fernandes Júnior, da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, foi o entrevistado do dia 5 de agosto de *A Voz do Ministério Público*. Penna falou sobre o estado laico brasileiro e ensino religioso.

No dia 22 de agosto, a entrevistada foi a promotora de Justiça Cláudia Spranger, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos. Spranger falou sobre a questão das invasões e ocupações e a atuação do MP para assegurar o direito à moradia.



Batistina Peixoto

▲ Promotora de Justiça Cláudia Spranger

O programa vai ao ar às terças-feiras, às 12h30 e às 22 horas, pela TVCBH - canal 6 NET; canal 13 da OI; e pelo site [www.tvcbh.com.br](http://www.tvcbh.com.br). É reprisado pela TV Comunitária de Belo Horizonte às quintas-feiras, às 14 e às 22 horas; aos sábados, às 8h30; e, aos domingos, às 13 horas. O programa é também exibido pela TV Assembleia, às segundas-feiras, às 19 horas; às quartas-feiras, às 2 da manhã; às quintas, às 5 da manhã; e, aos sábados, às 6h30.

**Todos os programas estão disponíveis no site da AMMP – [www.ammp.org.br](http://www.ammp.org.br).**

## AMMP participa do Livro de Graça na Praça

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) foi uma das parceira do projeto Livro de Graça na Praça no dia 14 de setembro. O domingo começou com distribuição gratuita de livros na Praça Duque de Caxias, no Bairro Santa Tereza, onde se realizou a 12ª edição do projeto. O objetivo é democratizar o acesso ao livro e o gosto pela leitura.

Neste ano, foram distribuídos 20 mil exemplares de duas obras, – o livro de contos *Mulheres* e o infantil *É cor de luar*. Entre as atrações oferecidas, cama elástica, pula-pulas e uma área de brinquedos. Teve também banda de música e um estande de autógrafos para a interação entre autores e leitores.



MP/MG

## Presidente da Academia de Letras do Ministério Público é homenageado



Luís Carlos Abritta

O presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, procurador de Justiça Luís Carlos Abritta, será agraciado em 8 de outubro com a Medalha Cultural Acadêmico Saul Alves Martins. A solenidade será às 20 horas no Salão Rubi do Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais (Rua Diabase, 200, Prado, Belo Horizonte).

A distinção será conferida pela Academia de Letras João Guimarães Rosa, da Polícia Militar de Minas Gerais.

A Medalha Cultural Acadêmico Saul Alves Martins foi instituída em 2010 e é conferida a personalidades de destaque na valorização da língua portuguesa. Ela

prestigia um grande vulto nacional, o historiador, antropólogo, professor, folclorista e poeta, coronel Saul Alves Martins, que participou de momentos marcantes para a PMMG e foi professor de muitos policiais militares. É o autor de 31 hinos publicados, poemas, estudos e muitos textos.

Luís Carlos Abritta falará em nome dos homenageados.

A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais (Alemp/MG) foi fundada em 14 de dezembro de 2012 e tem por finalidade a congregação dos membros do Ministério Público de Minas Gerais, a valorização da cultura da língua brasileira e da literatura nacional.

## ESTANTE

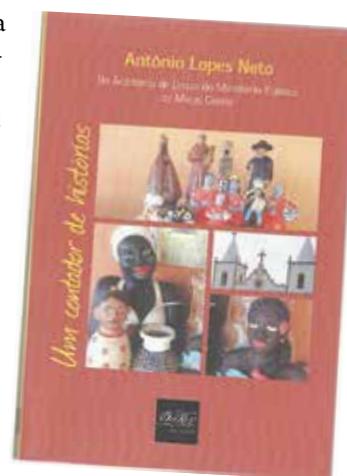
### “Um contador de histórias” e “Autobiografia”

O procurador de Justiça aposentado Antônio Lopes Neto lançou mais dois livros com a chancela da Academia de Letras do Ministério Público de Minas

Gerais pela Del Rey Editora. *Um contador de histórias com sotaque sertanejo e intuições caboclas*, cujo prefácio foi feito pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Napoleão Nunes Maia Filho, é o primeiro deles. Neto abre o livro com a apresentação que fez de seu patrono na ALM-PMG, José Campomizzi Filho, proferida em 14 de dezembro de 2013, nas comemorações do primeiro aniversário de instalação da Academia.

O outro é *Autobiografia, retratos em preto e branco que o velho tempo não desbotou*, escrito em homenagem a seu filho Antônio Henrique Franco Lopes, promotor de Justiça em Ribeirão das Neves. Em sua dedicatória,

Lopes Neto conta como revela as memórias guardadas “há décadas no baú da memória”. Faz um tributo ao Ministério Público mineiro e relembra ícones do passado e presente do *parquet* e da AMMP. O prefácio foi feito pelo professor Antonio Augusto Anastasia, quando era ainda governador do Estado. Para ele, “suas memórias confirmam uma espécie de testemunho, narrado em primeira pessoa, do amadurecimento do Ministério Público mineiro”.



Barbara Picotto

## AMMP lança o III Concurso Melhores Práticas do MP

As inscrições ao III Concurso Melhores Práticas do Ministério Público de Minas Gerais vão até 30 de novembro. Serão premiados os melhores arazoados forenses, assim como as iniciativas extrajudiciais e as decisões administrativas que

contribuíram para dar maior efetividade à atuação do Ministério Público, no cumprimento de sua missão constitucional.

O objetivo da premiação, com inspiração no Prêmio Innovare, além de propiciar o reconhecimento do trabalho

dos associados, também na atividade extrajudicial, é dar publicidade às iniciativas bem-sucedidas que poderão ser reproduzidas em outras esferas do Ministério Público. O regulamento está no site da AMMP.

# AMMP-Saúde comunica novos convênios e credenciamentos

A AMMP-Saúde comunica que, no período de 1º de abril a 21 de agosto, foram incluídos os seguintes convênios.

## ALFENAS

- Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas - Atendimento Geral
- Hospital de Olhos Rui Marinho - Oftalmologia
- Clínica Phoenix Home Care
- Fonart Assessoria e Cons. em Fonoaudiologia
- Materfisio Fisioterapia
- Neoped Centro de Terapia Intensiva Infantil - UTI Pediátrica
- Ricardo Mazzoni de Almeida - Fisioterapia
- Biotest - Patologia Clínica
- Cristiana de Amorim Mazzini - Psicologia
- Leônia Ornelas Figueiredo Franco - Psicologia
- Oswaldo Macêdo Gontijo Junior - Dermatologia
- RM Diagnóstico por Imagem - Tomografia Computadorizada
- Ecoar Medicina Diagnóstica - Densitometria Óssea
- Maria Margareth Mendes - Psicologia
- Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos - Oncologia

## MONTES CLAROS

- Hospital de Olhos do Norte de Minas - Oftalmologia

## OURO BRANCO

- Laboratório Lacerda - Anatomia Patológica - Citopatologia

## OURO PRETO

- Núcleo de Imagem Diagnósticos

## PARÁ DE MINAS

- Pará de Minas Diag. por Imagem - Tomografia Computadorizada

## SETE LAGOAS

- Oncocentro Oncologia Clínica e Med. Int. Oncologia
- Sete Lagoas Diagnósticos por Imagem

## TEÓFILO OTONI

- Oncoclínica Oncologia e Med Int de T. Otoni
- Cléia Soares Miranda - Psicologia

## UBERLÂNDIA

- Oncocentro Uberlândia - Oncologia

## BELO HORIZONTE

- O **Hospital Ortopédico** localizado no Bairro Mangabeiras, em Belo Horizonte, desde maio tem seu atendimento voltado para serviços de assistência médica curativa, preventiva de reabilitação fisioterápica, radiológica e com atuação em área ambulatorial e consultório.
- O **Hospital São Lucas**, também em BH, tem serviços de pronto atendimento adulto:  
*Cardiologia* (das 7 às 19 h); *Cirurgia Geral* (24 horas); *Clínica Médica* (24 horas); *Neurologia* (24 horas); *Otorrino* (das 8 às 18h); *Ortopedia* (24 horas).
- **Clínica São Lucas** atende de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas. A Central de Agendamento de Consultas atende pelos telefones (31) 3238-8823 e (31) 32388434, de segunda a sexta-feira das 8 às 18 horas. Oferece *Angiologia e Cirurgia Vascular*, *Arritmia Cardíaca*, *Cardiologia*, *Cirurgia Cardiovascular*, *Cirurgia Crânio Maxilo Facial*, *Cirurgia Geral*, *Cirurgia Plástica Reparadora*, *Clínica Médica*, *Clínica de Dor*, *Dermatologia*, *Gastroenterologia*, *Geriatria*, *Ginecologia*, *Hepatologia*, *Mastologia*, *Nefrologia*, *Neurocirurgia*, *Ortopedia*, *Otorrinolaringologia*, *Psiquiatria* e *Urologia*.
- O **Hospital Felício Rocho** disponibilizou o serviço de consulta com hora marcada, através do Cesp (Centro de Excelência em Atenção Primária) anexo ao hospital. Atende pelo telefone (31) 3514-7000. Oferece os serviços de *Angiologia*, *Cardiologia*, *Cirurgia Cardiovascular*, *Cirurgia de Cabeça e Pescoço*, *Cirurgia Geral*, *Cirurgia Pediátrica*, *Cirurgia Plástica*, *Cirurgia Torácica*, *Clínica de Dor*, *Clínica Médica*, *Dermatologia*, *Endocrinologia*, *Endoscopia*, *Gastroenterologia*, *Ginecologia*, *Infectologia*, *Mastologia*, *Nefrologia*, *Neurocirurgia*, *Neurologia*, *Ortopedia*, *Otorrinolaringologia* e *Reumatologia*.

## Descredenciamento

Nesse período, foi excluído o convênio:

- **Agueda Imaculada Lucas Campolina** - Ginecologia - em Belo Horizonte.



Uma instituição financeira que está sempre ao seu lado.

O Sicoob JUS-MP reúne as melhores soluções financeiras para você, sempre que precisar. Integrados à Rede Sicoob, contamos com mais de 2 mil pontos de atendimento em todo o país.

[www.sicoobjusmp.com.br](http://www.sicoobjusmp.com.br)

**SICOOB JUS-MP**  
Cooperativa de Crédito

### Postos de Atendimento

Consulte a unidade mais próxima pelo site do Sicoob ou acesse o localizador disponível no aplicativo do Sicoob para celular.

**Internet Banking**  
Pelo computador ou celular com total segurança e agilidade.

### Gerentes sempre à disposição

Como nos *private banks*. Na sua Cooperativa, você tem a certeza de que está recebendo a melhor solução para suas demandas financeiras.

# Legitimidade do MP é confirmada pelo Supremo Tribunal Federal

Ministro mantém decisão que obriga Estado do Paraná a custear internações em hospitais

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, negou seguimento ao Recurso Extraordinário com agravo (ARE) 727864, interposto pelo Estado do Paraná contra decisão do Tribunal de Justiça daquele estado (TJ-PR) que determinou o custeio, pelo Estado, de serviços hospitalares prestados por instituições privadas aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), no caso de inexistência de leitos na rede pública. A decisão abrange o Município de Cascavel e seu entorno,

que reúne cerca de 70 municípios.

A obrigação foi imposta em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Paraná, e a sentença foi mantida pelo TJ-PR, no julgamento de apelação. Assim, as pessoas atendidas em situações de urgência pelo SAMU, caso não haja leitos para internações de emergência nos hospitais públicos, devem ser internadas em instituições particulares, que serão posteriormente ressarcidas pelo Estado.

No recurso ao STF, o Estado sustentava que o acórdão do TJ-PR teria transgredido diversos preceitos

inscritos na Constituição da República – entre eles a legitimidade do Ministério Público para propor a ação, o princípio da separação dos Poderes e a consequente impossibilidade de o Judiciário interferir em matéria de políticas públicas.

Na decisão monocrática que negou seguimento ao recurso, o ministro Celso de Mello confirmou a legitimidade ativa do MP. “A atuação do Ministério Público legitima-se, plenamente, em decorrência da condição institucional de ‘defensor do povo’, que lhe é conferida pela própria Constituição da República”, afirmou.

“A atuação do Ministério Público legitima-se, plenamente, em decorrência da condição institucional de ‘defensor do povo’, que lhe é conferida pela própria Constituição da República”

## Omissão

No exame da questão central, o ministro assinalou que a intervenção do Poder Judiciário diante da recusa por parte do Executivo “em conferir significação real ao direito à saúde” é plenamente legítima. “Dentre as inúmeras causas que justificam esse comportamento afirmativo do Poder Judiciário, inclui-se a necessidade de fazer prevalecer a primazia da Constituição da República, muitas vezes transgredida e desrespeitada por pura, simples e conveniente omissão

dos poderes públicos”, destacou. “Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida e à saúde ou fazer prevalecer um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e à saúde humanas”.

A decisão lembra precedentes que também tratam de implementação de políticas governamentais – notadamente nas áreas de

educação infantil e de saúde pública – nos quais o STF tem proferido decisões “que neutralizam os efeitos nocivos, lesivos e perversos resultantes da inatividade governamental”. Em tais situações, segundo o relator, a omissão do Poder Público representa “um inaceitável insulto a direitos básicos assegurados pela própria Constituição da República, mas cujo exercício estava sendo inviabilizado por contumaz (e irresponsável) inércia do aparelho estatal”.

## Responsabilidade solidária

O ministro chamou a atenção para o fato de que o caráter programático do artigo 196 da Constituição não o torna uma promessa constitucional inconsequente, “eis que impõe ao Poder Público o dever de respeitar e de assegurar a todos o direito à saúde e o direito à vida”. O ministro Celso de Mello lembrou que a norma se destina a todos os entes políticos que

compõem a organização federativa do Estado brasileiro. Nesse sentido, destacou a responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, no contexto do SUS, quanto ao dever de desenvolver ações e de prestar serviços de saúde.

Essa circunstância faz com que todas as esferas políticas possam ser acionadas judicialmente, juntas ou

separadamente, nos casos de recusa de atendimento pelo SUS. “Em matéria de implementação de ações e serviços de saúde, existe verdadeiro dever constitucional *in solidum*, que confere ao credor, que é o cidadão, o direito de exigir e de receber de um, de alguns ou de todos os devedores (os entes estatais) a obrigação que lhes é comum”, concluiu.

Essa circunstância faz com que todas as esferas políticas possam ser acionadas judicialmente, juntas ou separadamente, nos casos de recusa de atendimento pelo SUS



**JUSTVIDA COM INCLUSÃO DE CÔNJUGE NA APÓLICE. UMA UNIÃO ESTÁVEL DE VERDADE.**

Uma união verdadeiramente estável só é possível quando se tem segurança a respeito do futuro. Por isso JustVida, o Seguro de Vida em Grupo para associados da AMMP, oferece a possibilidade de incluir o seu cônjuge na apólice. E oferece ainda, as melhores coberturas por um preço que cabe no orçamento da sua família. Quer saber mais? Visite o Portal de Seguros da AMMP ou entre em contato com a Siena Corretora de Seguros.

Portal de Seguros da AMMP: [www.sienaseguros.com.br/ammpseg](http://www.sienaseguros.com.br/ammpseg)

Para saber mais ou fazer seu JustVida acesse:  
[www.sienaseguros.com.br/ammpseg](http://www.sienaseguros.com.br/ammpseg)  
ou ligue: **0800 771 1231**



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO



just vida



Siena CORRETORA DE SEGUROS



## PÓS PEC 37: O QUE AINDA NÃO REFLETIMOS!

Passados mais de um ano de superação da assustadora e famigerada “PEC 37”, ainda não refletimos sobre as suas causas e a necessidade de nos reafirmarmos enquanto legítimos detentores de parcela do poder, não só mantendo nossas atribuições, mas tornando-nos mais efetivos e cirúrgicos no cumprimento da tutela social.

Uma das razões óbvias que levaram alguns a defenderem a PEC37 decorre de nossa correta atuação. Não há dúvida de que pagamos o preço por nossa atuação correta. Boa parte dos que são contra o atual formato ministerial o fazem em retaliação ao acerto de nossa atuação. Desses, não podemos esperar nenhum apoio, pelo contrário, devemos nos orgulhar de tê-los do lado oposto!

Mas o que nos inquieta é que havia um mundo de cidadãos de bem, tanto no legislativo, executivo e sociedade civil, que teceram severas críticas ao Ministério Público. E aqui está a nossa preocupação: o que os levou a combater o Ministério Público?

Tais inquietações nos permitem concluir que, apesar de via de regra atuarmos bem (tanto que fomos a única instituição com apoio das ruas!), há alguns equívocos que nos fazem sangrar em momentos como o da PEC37. Ao lado das razões que decorrem de nossos acertos (maioria), há outras inúmeras que exigem rediscussões internas.

Dada a limitação de espaço, apresentaremos apenas duas que nos parecem bastante exemplificativas e elucidativas.

No conto “O Espelho”, de Machado de Assis, há uma interessante narrativa de um dos cinco cavalheiros que participavam de um pequeno diálogo. Jacobina, nomeado alferes da guarda nacional, aos 25 (vinte e cinco) anos, relata o orgulho da família, em especial de sua tia que o mantém em seu sítio, sob o tratamento de “Senhor alferes” e não mais Joãozinho (qualquer semelhança com o “Doutor” da vida jurídica é mera coincidência...). No sítio, “Senhor Alferes” recebe um tratamento privilegiado, o que faz com que o alferes elimine o homem. Em determinado momento da “nova vida”, a tia sai em viagem e os escravos abandonam a casa, o que faz com que o jovem fique só e angustiado pela repentina perda de sua alma exterior, uma vez que a interior se tornou dependente daquela. Bastante angustiado, o cavalheiro resolve olhar no espelho e vê refletida uma imagem difusa, praticamente encoberta. Decide-se então vestir-se com a farda de alferes, o que lhe permite ver o seu eu exterior integralmente.

A narrativa nos remete a algumas, isoladas (é bom que se diga), exposições midiáticas, em que o colega tece detalhes de casos em que muitas vezes sequer há investigação em curso, a fim de se ver reconhecido socialmente.

Repare: É evidente que o membro do Ministério Público, agente de transformação social, tem o dever de informar. Trata-se de uma prestação de contas à sociedade que lhe outorgou importantes instrumentos e dignos vencimentos para defendê-la. Entretanto, o dever de informar não se confunde com a vontade de celebrar a informação. Algumas vezes nos depararmos com notícias jornalísticas fundadas em provas que sequer se encontram no bojo de um processo, seguidas de entrevistas do tipo “ajuizaremos uma ação...”, “investigaremos e puniremos...”. Essa busca implacável pelo “sucesso” produz uma exposição desmedida e desnecessária de fatos e indivíduos que muitas vezes sequer se encontram processados. Além do que, o excesso de entrevistas permite que a imprensa “crie” fatos, utilizando-se da figura do membro do Ministério Público apenas para comprovar teses previamente definidas num cenário em que boa parte da imprensa não consegue esconder suas preferências políticas.

E o pior: a exposição desnecessária incute na cabeça de alguns a necessidade de condenação a todo custo, afinal, ele alar-

deou os fatos, insuflou a sociedade, crucificou o investigado e agora, passado os holofotes, não se sente a vontade para, por exemplo, pedir a absolvição ainda que demonstrada a licitude da conduta. Em decorrência de uma midiática anterior, o promotor se torna escravo de sua ação passada.

Outro ponto que também merece nossa reflexão é a necessidade de superarmos a ideia de uma “atuação de gabinete”, presa ao formalismo, não só jurídico, mas também nas relações humanas, fundada em soluções aparentemente imediatas, que muitas vezes podem ser falsamente atraente, na medida em que acalenta nossa alma, convencendo-nos de que fizemos e fazemos a nossa parte, atribuindo portanto o ônus do fracasso aos demais poderes e instituições que não teriam cumprido seus deveres.

Embora tenhamos recebido do povo, através do poder constituinte originário, o dever de exigirmos o cumprimento das leis e dos mandamentos constitucionais, tal atuação não pode se dar de forma isolada, exclusivamente de dentro de nossos gabinetes e de forma inquistória, pois devemos ser mais um parceiro de muitos que labutam por melhores dias. Há um mundo de membros da sociedade e dos poderes judiciário, legislativo e executivo que lutam incansavelmente no combate às mazelas sociais. É preciso dialogar mais com os diversos atores sociais, enfim, ir às ruas...

### Da necessidade de olharmos para dentro

As considerações ao longo do pequeno artigo refletem uma atuação minoritária, mas são esses equívocos pontuais que trazem elementos para que os que sofrem de “psicopatologia ministerial” denigrem a imagem da instituição, ignorando o acerto e retidão na maioria de nossas ações. Exercitemos um olhar interior sobre a atuação de nossa instituição, a partir de aferições empíricas das práticas e resultados (como as causas da PEC37), para incrementarmos nossos acertos e estagnarmos os desacertos, repensando-nos a cada momento, sem preconceitos. Não nos furtemos a debates internos e externos ainda que controvertidos e incômodos, é este o caminho para a construção de nossa identidade.

Ajamos, pois livres do naufrágio, temos que saber da tempestade que nos meteu a pique, poderia dizer o atemporal bruxo do Cosme Velho!

ENÉIAS XAVIER  
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MESTRE EM DIREITO PENAL

# AMMP realiza mais um campeonato de sinuca

Foi realizado nos dias 23 e 24 de agosto, na sede da AMMP, o campeonato de sinuca. O tradicional torneio foi mais uma oportunidade para reunir colegas, ex-colegas, filhos e amigos em um espaço que faz parte da história da AMMP. Os participantes foram divididos em uma chave. Os perdedores da primeira rodada formavam a nova chave.

O torneio continuou com duas chaves, de onde saíram campeões e vice. Na chave intermediária, a grande final foi entre Olintho Salgado e Joaquim Cabral. Em uma disputa acirrada, Cabral levou o troféu de campeão com vitória de dois a zero.

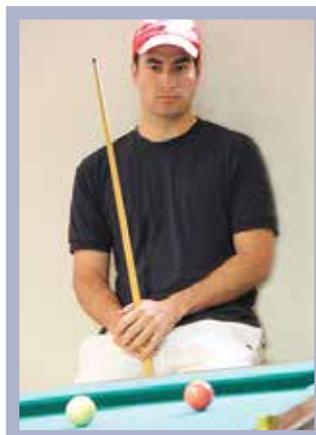
Quem seguiu vencendo desde o início, formou a outra chave. Gustavo Balsamão e Cristóvam Ramos fizeram uma partida extremamente imprevisível. O que dizer do jogo entre Antônio de Pádova e Francisco Alves? Fábio Brandão, campeão do torneio do ano passado, foi eliminado na segunda rodada.

Ao final de dois dias, Francisco Alves venceu Gustavo Balsamão na final e ficou com o título. O campeonato foi supervisionado e arbitrado pela Federação Mineira de Sinuca.

Além do alto nível técnico, o campeonato foi marcado pelo encontro de gerações. Pais e filhos jogando e torcendo juntos. Uma das presenças ilustres foi de Antônio de Pádova, o Padu pai, e de Rafael Fulgêncio, estreante no



campeonato, e que se mostrou extremamente competitivo. Como destacou o presidente da AMMP, Nedens Ulisses, é muito importante receber a nova geração. Discurso reforçado pelos campeões em suas falas e compartilhada por todos os presentes.



FOTOS: FELIPE JAVARE

# Antônio de Pádova e Francisco Alves ganham o 10º Torneio AMMP de Tênis

FOTOS: FELIPE JAVARE



A AMMP realizou, nos dias 13 e 14 de setembro, a 10ª edição do Torneio de Tênis. Divididos em grupos, de acordo com a classificação no ranking, os atletas se enfrentaram nas novas instalações da Academia BH Tennis, no Bairro Buritis, em Belo Horizonte.

Associados da capital e do interior prestigiaram o torneio, que, mais um vez, teve jogos disputadíssimos, com alto nível e excelente grau técnico.

Os jogos classificatórios foram decididos em um game, de oito sets. Todos jogaram contra todos nos grupos, o que possibilitou que os atletas disputassem mais de um jogo. Esse novo formato agradou muito os participantes.

Os classificados seguiram para a fase eliminatória. Duas chaves foram formadas e cada jogo valia a classificação. Assim, chegou a fase final com quatro atletas: dois em cada chave.



## Finais

As duas finais, uma em cada categoria, foram disputadas com o melhor de três games. Antônio de Pádova fez a final na chave Nadal contra Samuel Accioli. Com parciais de 6/0 no primeiro game e 6/0 no segundo, Samuel ficou com o título.

A final da chave Djokovic foi entre Francisco Alves e o jovem Igor Pereira Costa. Esse foi o segundo torneio dis-

putado por eles. O experiente Francisco enfrentou Igor, que, apesar da pouca idade, 14 anos, disputou sua segunda final seguida.

Dentro de quadra, o jovem mostrou a frieza de um veterano, mas a experiência falou mais alto. Com um saque fortíssimo, diferencial durante todo o torneio, Francisco Alves foi o campeão, após vencer os

dois games pelo mesmo placar: 6/3.

Depois do torneio, foi promovido um churrasco de confraternização para celebrar o sucesso de mais esse torneio.

Os interessados devem acompanhar o calendário esportivo da AMMP. Durante todo o ano, são realizados torneios de futebol, tênis, sinuca, kart, além da participação nas corridas de rua.